



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ LGBTI+ — 30/07/2025

Ao trigésimo dia do mês de Julho do ano de 2025, às 14h30, no 6º andar, Ala B do Palácio das Araucárias, em formato *híbrido* por meio do *link* fornecido para todos os membros, do Comitê Intersetorial de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e Outras Orientações Sexuais, Identidades e Expressões de Gênero do Estado do Paraná (Comitê LGBTI+ PR). Fizeram-se presentes, conforme convocação prévia. Representantes Governamentais: Titular Governamental: Nadia Leandro (SEJU); Titular Governamental: Rui Rocha Ferreira (SEDEF); Suplente Governamental: Daniele Cristina Mariano de Lima (SEEC); Titular Governamental: Ali Davis de Souza e Silva (SETI); Suplente Governamental: Lucimar Pasin de Godoy (SESA); **Titular** Governamental: Sandra Márcia (DEPEN); Titular Governamental: João Eduardo (SEMIPI). Representantes da Sociedade Civil: Titular da Sociedade Civil: Mateus César Costa (Grupo Dignidade) e Suplente da Sociedade Civil: Alberto Alexandre Schmitz (Grupo dignidade); Titular da Sociedade Civil: Renata Corrêa Ramos (CRP); Titular da Sociedade Civil: Jesus Manuel Regges Bolivar (Ação Social Irmandade sem Fronteira); Titular da Sociedade Civil: Fabian Algarte da Silva (IBRAT); Titular da Sociedade Civil: Lucas Siqueira Dionisio (CEPAC); Titular da Sociedade Civil: Kalynka Oliveira Feliciano (ABRAFH) e **Suplente da Sociedade Civil:** Josiane de Lima. Representantes/Convidados/Colaboradores/Ouvintes: Gilberto Augusto Gibala (Assistente Administrativo – UTSC/SEJU); Jhonatan Stadler Moreira (SEJU/CODH); Leandro R. Peixoto (SEJU/CODH); Janaina Plasido (MP); Antonio Vitor Barbosa de Almeida (DP). Justificativa de Ausência: Mara Carmen Ribeiro Franzoloso (SESA). 1. Abertura: A princípio, Gilberto (UTSC/SEJU) saudou todos (as) e deu início à chamada nominal para registro em ata e passa a palavra para Mateus. Logo após deu-se início à Reunião do Comitê LGBTI+. 2. Aprovação da Ata: Todos receberam as Atas nos seus e-mails este mês e todos aprovaram sem ressalvas. 4.





IV Conferência Nacional: Mateus informa que conseguiram contatar um número histórico de Cidades para participarem da Conferência, foi estabelecido como prioridade as Cidades das vinte e duas Regionais do Paraná e mais cinco delas chamaram pela Sociedade Civil, realizaram as vinte e duas Conferências nesses Municípios, e incentivaram a realização em mais seis Cidades. E também por parte do Estado, estavam trabalhando com esses números porque tinham uma devolutiva de que teria um valor que seria interessante para realizar a Conferência com base nesses valores, se programaram para fazer a Conferência nesse ano e já estava nos tramites, tem a Comissão Organizadora, já estava na finalização porque a Conferência é daqui a três semanas, dai veio uma devolutiva do Estado, da Diretoria Geral que não haveria legitimidade, embasamento jurídico para arcarem com os custos de uma parte da Conferência que é a questão de estadia, transporte e alimentação desses duzentos delegados, cem da Sociedade Civil e cem do Estado, para virem até Curitiba e receber essas diárias. Explica que o Estado não se negou a realizar a Conferência, continuaram as tratativas sobre o material de divulgação, material gráfico, o espaço físico, tirando claro a hospedagem, mas mais da metade do valor da Conferência que era relativo a essas questões o Estado deu uma negativa. Conseguiram uma resposta formal da Diretoria Geral, que não teria esse embasamento Jurídico, não teria dados que permitisse o Estado arcar com esses custos justificando que é um Comitê e não um Conselho. Frisa que precisam pensar em uma solução urgente, se irão fazer uma Conferência online, se vão tentar fazer uma Conferência presencial aqui, e as pessoas que vierem arcarem com os custos, ou tentar articular com os Municípios terceirizar os custos, fala que com certeza nenhuma dessas soluções é ideal, precisam pensar o que fazer nesse caso. Nádia expressa que considerando que o Comitê não tem previsão de pagamento para estadia, alimentação e transporte, essa previsão é dada apenas a Conselhos, dessa forma o Governo do Estado não tem como justificar o pagamento de alimentação, estadia e transporte. Com relação ao transporte a Coordenação dos Direitos Humanos está fazendo contato com os Delegados, irá compartilhar com todos como está esse mapeamento, tiveram resposta de alguns Municípios que estão estão se





articulando para que venham de transporte próprio, a Prefeitura vai dar o transporte, mas estão com dificuldade de contatar algumas pessoas que são referência nos Municípios, vão contatar também por e-mail para ver se conseguem uma devolutiva. Pontua que acha importante se for possível compartilhar com o Colegiado a resposta da Diretoria Geral, porque fica mais claro quais são os impedimentos legais que foram apontados nessa resposta. Mateus informa que irá enviar essa resposta, e informa que recebeu uma resposta em forma de e-mail da Diretora Geral é uma complementação da resposta, a justificativa é que existe um Decreto Estadual que só permite que o Estado arque com esses custos de determinadas pessoas, como membros de Conselho, servidores e os delegados não entram nisso, essa foi a justificativa legal. Mateus sugere que elaborem uma nota Publica porque já tem pessoas cobrando respostas, é preciso dar uma resposta formal para eles e um posicionamento público do Comitê também. Lucas manifesta preocupação com esse comunicado, porque fizeram um ótimo trabalho com as duas e vinte e duas Regionais, o orçamento foi aprovado, tecnicamente estava tendo as normas legais, a Conferência não é chamada pelo Comitê é chamada pela Secretaria da Justiça, e na visão dele esse Decreto não cabe a Conferência, acha que o Comitê deve responder essa resposta oficialmente a DG solicitando mais informações formais. Sugere que o Comitê solicite uma nova resposta alegando que esse Decreto não cabe as Conferências, que a Conferência não é chamada pelo Comitê. Mateus informa (problemas no áudio, inaudível) explica que na resposta, que todas as pessoas que não fazem parte daquela categoria descrita no Decreto Estadual não tem esse auxilio. Janaína (MP) sugere confirmar com outros Conselhos como que está sendo realizado para utilizar como um fundamento similar, fazer uma analogia. Mateus volta a informar que o primeiro Ofício a resposta foi que o Decreto permite que se arque apenas com os custos das pessoas descritas no Decreto, Servidores, funcionários Públicos, temporários, membros do Conselho e colaborador eventual. João (SEMIPI) solicita a palavra, fala que geralmente é na Conferência Municipal no Regulamento ou no Regimento que vai prever quem vai poder ser eleito delegado, tem gente da Sociedade Civil, e tem os governamentais. João informa que é da





pauta da pessoa idosa, e fala pela pessoa idosa, da qual está envolvido, que eles tem o Fundo Estadual da Pessoa Idosa e parte da despesa da Conferência é paga com esse recurso, acredita que possa ter alguma coisa em relação a isso também. Mateus solicita sugestões dos Conselheiros. Lucas (problemas com áudio, ficou inaudível) volta a questionar sobre não ter fundos, fizeram tudo de certa forma técnica, que o recurso foi feito uma resolução na SEJU chamando a Conferência, por isso que movimentaram os Municípios, teve essa Resolução, teve o orçamento aprovado no ano passado, cita que um Decreto que não impediu a realização de outras Conferências. E também sugere para a Plenária do Comitê se podem adiar para mais uma semana, no final de Agosto que vai fazer diferença nos tramites. Janaína (MP) sugere que acha válido já responder com a versão do Comitê, tem que confirmar essa informação, justificando que as outras Conferências se assemelham ao critério utilizado pelo LGBTI+. Nádia informa que para remanejar essa data, é que os dois espaços para a realização da Conferência estão pré reservados para os dias 21 e 22 porque não tem disponibilizados nas próximas semanas. Lucas sugere aguardarem até semana que vem se conseguem as articulações e depois pensam em trocar a data. Mateus informa que fez uma minuta de uma nota de elucidação e recomendação sobre a Conferência LGBTI+, compartilha no grupo e faz a leitura, avisa que vai deixar em aberto para sugestões no grupo, para depois publicarem e disparar para todos os Municípios que fizeram as Conferência, e pergunta se todos concordam. Todos concordaram. Mateus sugere para continuarem com os trabalhos da Comissão organizadora, após a resposta, marcarem uma Reunião Extraordinária. 5. Informes Gerais: 5.1 Processo Transexualizador: Mateus informa que outro ponto é que semana passada falou com a Camila Faccin sobre a realização das cirurgias para as pessoas Trans, que estão com uma equipe e já foram realizadas algumas cirurgias, talvez agora aconteça uma mudança nos números em relação ao HC, relembra que na sua posse um dos três tópicos essenciais eram a realização das Conferências, a realização das cirurgias que acontecessem de fato e a criação do Conselho. Na fala da Lucimar (SESA), áudio apresentou problema, muito baixo e depois sem som. Lucimar retoma sua fala dizendo que desde 2017 tanto o CHC,





SESA e a própria Secretaria Municipal de Curitiba está nesta tratativa para que o Processo Transexualizador na Modalidade Hospitalar aconteça. No final de 2022 retomaram as tratativas no período pós pandemia para que se iniciasse no HC é um Hospital de referência e equipe muito capacitada, hoje tem quatro Ambulatórios no Estado, são serviços especializados. Informa que em novembro de 2024 o CHC entrou em contato com Curitiba e com o SESA dizendo que em um primeiro momento ofertaria as duas cirurgias, a histerectomia e mastectomia de homens trans, buscando equipe para cuidar dessas pessoas e espaço físico. Informa que o que tem hoje em relação ao CHC é que até agora tem quinze pessoas em acompanhamento pré cirúrgico e pró cirúrgico e estão sendo acompanhadas pela equipe do CHC. Na sexta-feira a mídia divulgou que o CHC fez a primeira cirurgia primária e que foi um sucesso, entraram em contato com o CHC e se confirmou, fizeram a cirurgia e já está habilitado. Mateus sugere Oficiar o HC para questionar o que eles vão fazer a partir desse momento, o que precisa, se o Comitê pode ajudar de alguma maneira. Lucimar expressa que o Estado do Paraná com todas as suas dificuldades tem avançado e tecnicamente as equipes tem se esforçado. Fabian (IBRAT) informa que a portaria do CFM está suspensa, com relação ao HC, ele trabalha no HC, acha importante saber desse suporte porque nesse processo transexualizador que está em vigor, precisa da garantia do acompanhamento para poder fazer a cirurgia, as quinze pessoas já estão acompanhadas, também obter um ponto de informações consolidadas não só desse pessoal, mas como funciona o chamamento do processo cirúrgico, como faz para garantir o suporte para as pessoas, de cirurgias extremamente delicadas, a pessoa do interior vai ter que permanecer seria bom conversar conhecer como funciona o processo. Janaína (MP) complementa que é uma grande evolução já foram realizadas alguns tipos de cirurgia da modalidade hospitalar, incentivando para que sejam habilitados, é um avanço histórico de ser mais um Estado do Brasil, dentre sete que estão iniciando essas cirurgias. Mateus pergunta se alguém se opõe ao encaminhamento do Ofício para o HC participar da próxima reunião. Fabian solicita a palavra sugerindo para o Comitê fazer uma visita ao HC, participar de uma conversa para conhecerem o





processo, das demandas, o trabalho que desenvolvem. Mateus sugere fazerem os dois, a pessoa viria e já articulavam essa visita ao HC. Propostas sem nenhuma ressalva, aprovado. 5.2 Correspondências: Gilberto (UTSC/SEJU) informa que o Comitê LGBTI+ recebeu convite dos Núcleos de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (NUDEM) e da Cidadania e Direitos Humanos (NUCIDH), juntamente com a Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado do Paraná, para uma parceria estratégica na próxima edição do mutirão "Meu Nome, Meu Direito." A ação será realizada no dia 8 de agosto de 2025, das 9h às 16h, na Sede dos Núcleos Especializados, localizada na Rua Benjamin Lins, 779 - Batel, Curitiba. Esse Ofício será enviado a todos os Conselheiros. 5.3 Ações: A Nádia representará o Comitê no mutirão "Meu Nome Meu Direito", Mateus irá fazer os Ofícios e repassar todos os informes para os Conselheiros, solicita para que se manifestem no grupo sobre a nota. 6. Encerramento: Por fim, Mateus agradeceu a todos (as) e encerrou a Reunião Ordinária do Comitê Intersetorial de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e Outras Orientações Sexuais, Identidades e Expressões de Gênero do Estado do Paraná (Comitê LGBTI+ PR). A presente ata foi lavrada por Eucaris Ferreira da Rocha. Revisada por Jane Cristina Lobato Vasques.